

13

DELIBERAÇÃO
DE
TRANSMISSÃO DE ALVARÁ PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE
RADIODIFUSÃO SONORA LOCAL DE QUE É TITULAR A “FÁBRICA DA
IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SERPINS” A FAVOR DE
“ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA LOUSÃ”
(Aprovada em Reunião Plenária de 06 de Novembro de 2002)

1. Em 06 de Setembro de 2001 deu entrada na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACs) um pedido de transmissão de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local de que é titular a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Serpins, na frequência de 95.3 MHz, do concelho de Lousã, a favor de Associação Recreativa e Cultural da Lousã, para, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4º da Lei nº.43/98, de 6 de Agosto, ser concedida a devida autorização.

2. A AACs, para cumprimento desta sua atribuição, analisou, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº.130/97, de 27 de Maio, aplicável por força do disposto no número 1 do artigo 79º da Lei nº.4/2001, de 23 de Fevereiro, os seguintes documentos:
 - 2.1. Da entidade transmitente, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Serpins:
 - a) Requerimento a solicitar a autorização da transmissão de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local;
 - b) Cópia do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora no concelho da Lousã de 12 de Junho de 1989;
 - c) Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora passada pelo Instituto das Comunicações de Portugal, para emitir em FM, na frequência de 95.3 MHz;

 - 2.2. Da entidade adquirente, Associação Recreativa e Cultural da Lousã:
 - a) Cópia dos respectivos estatutos;
 - b) Cópia do cartão de pessoa colectiva;
 - c) Declarações de que a entidade adquirente e cada uma das pessoas singulares que a integram não detêm participação em mais de cinco operadores de radiodifusão sonora;
 - d) Estudo de viabilidade económica e financeira;
 - e) Linhas gerais de programação, mapa de programas a emitir e do respectivo horário;
 - f) Estatuto editorial.

13774

3. Da análise dos referidos elementos, conclui-se que:

13

- 3.1. A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Serpins, deseja transmitir o seu alvará, que detém há mais de três anos, para a Associação Recreativa e Cultural da Lousã, pelo que se encontra preenchido o requisito temporal estabelecido no n.º.1 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º.130/97, de 27 de Maio;
 - 3.2. A Associação Recreativa e Cultural da Lousã é uma pessoa colectiva, satisfazendo, assim, o exigido pelo disposto no n.º.1 do artigo 2º do decreto-lei acima referido;
 - 3.3. A Associação Recreativa e Cultural da Lousã e os seus associados não detêm participação em mais de cinco operadores de radiodifusão, respeitando, assim, o referido no n.º.1 do artigo 3º do citado decreto-lei;
 - 3.4. A Associação Recreativa e Cultural da Lousã, de acordo com as linhas gerais de programação divulgadas, propõe-se emitir espaços informativos locais, programas recreativos, musicais, desportivos e culturais;
 - 3.5. A grelha de programas que se propõe emitir, as linhas gerais de programação e o respectivo horário são ajustados a este tipo de operador;
 - 3.6. De acordo com o estatuto editorial, a Associação Recreativa e Cultural da Lousã, assume-se como uma emissora independente face aos poderes instituídos, regendo a sua actividade pelo direito dos cidadãos a informar e serem informados, pautando-se por critérios de liberdade, pluralismo e rigor informativos e pelo respeito pelos princípios éticos e deontológicos;
 - 3.7. Analisado o estudo de viabilidade económico-financeiro apresentado, verifica-se que satisfaz as condições tidas como necessárias à emissão de parecer favorável por esta Alta Autoridade.
4. Nestes termos, a AACCS, analisado o processo relativo ao pedido de transmissão do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local de que é titular a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Serpins, a favor Associação Recreativa e Cultural da Lousã, delibera, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4º da Lei n.º.43/98, de 6 de Agosto e nos termos do Decreto-Lei n.º.130/97, de 27 de Maio, aplicável por força do disposto no n.º. 1 do artigo 79º da Lei n.º.4/2001, de 23 de

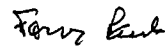
13735

Fevereiro, autorizar a transmissão do referido alvará, do concelho da Lousã, que emite em FM, na frequência de 95.3 MHz.

Esta deliberação foi aprovada por maioria com votos a favor de Manuela Matos (Relatora), Armando Torres Paulo (Presidente), Sebastião Lima Rego, Joel Frederico da Silveira, Maria de Lurdes Monteiro, José Manuel Mendes e abstenção de Artur Portela.

Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 06 de Novembro de 2002

O Presidente



Armando Torres Paulo
Juiz-Conselheiro

13776